



Documentação fotográfica da Esfera Pública brasileira: registro fotográfico de singularidades da cultura nacional entre o público e o privado.¹

André Carvalho de Moura².
José Afonso da Silva Júnior³

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco

RESUMO:

O presente trabalho investiga o processo identitário brasileiro, percorrendo suas origens históricas, a construção de sua cidadania até a constituição da esfera pública dos cidadãos. Com base nestas reflexões teóricas e partindo da premissa de que o brasileiro tem uma ideia singular acerca do que é “público”, foi realizada uma análise documental fotográfica da esfera pública do brasileiro, registrando particularidades dessa brasilidade que dão plasticidade ao convívio social.

PALAVRAS-CHAVE: documentação fotográfica; esfera pública; Identidade nacional

Identidade Nacional

Alguns dos traços mais singulares de nossa cultura, nossas ideias, instituições e formas de viver, foram trazidos de muito longe. Somos, os brasileiros, ainda que passados muitos anos desde a colonização, uns “desterrados em nossas próprias terras” (HOLLANDA, 1984, p. 3). Nessa medida, mesmo que possamos atingir um alto desenvolvimento técnico ou um excelente nível de convívio social, ainda assim, estaremos participando de um processo sociocultural próprio de um lugar distante. Até onde representamos essas nossas heranças institucionais e de convívio?

Decididamente, somos mais marcados por nossas semelhanças do que por nossas diferenças e isso se deve, sobretudo, ao poder adaptativo dos nossos colonizadores, bem como pela supressão étnica portuguesa no processo de colonização, sustentada pela igreja. O caso é que nosso colonizador seguiu caminhos distintos da colonização anglo-saxã, por exemplo, já que sempre privilegiou a mistura com o povo local para implantar o seu modo de vida. Distintamente, o processo “civilizatório” da coroa inglesa era puritano e ocupou sistematicamente todos os espaços da vida social das nações colonizadas, imprimindo uma pequena Inglaterra em cada colônia, “escravizando” as

¹ Trabalho apresentado no DT 04 – Comunicação Audiovisual do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

² Graduando do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da UFPE, email: andrecarvalho.com@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFPE, email: zeafonsojr@gmail.com



terras e os sistemas simbólicos das nações oprimidas.⁴ ⁵ Talvez o traço decisivo no sucesso português em aderir às sociedades estrangeiras, tenha sido seu caráter “fronteiriço”. Os nossos irmãos além Tejo, eram geograficamente predispostos ao recebimento de imigrantes e passageiros do mediterrâneo. Sua própria hierarquia social era frouxa, fazendo com que a própria “aristocracia” não conseguisse preservar o “sangue nobre” na corte, permitindo uma flutuação social sem necessariamente despertar coerção entre aqueles que tentavam manter seus privilégios.

O caso é que os portugueses não chegaram a vivenciar *a priori*, um “feudalismo medieval” pleno, nem tampouco puderam negá-lo completamente *a posteriori*, de modo que pudessem iniciar rigorosamente seu modo de produção capitalista. Ocorre a partir disso, um hiato no conflito entre a aristocracia e a burguesia portuguesa em questão, que não conseguiram assentar profundamente seus valores, conduzindo um processo social exótico na própria Europa. Assim, permaneceram por longos anos na “fronteira” entre dois sistemas produtivos tão paradoxais - fato que se estendeu entre suas colônias. As próprias sesmarias concedidas pelo rei português, as capitanias hereditárias brasileiras, é de certo modo uma “indecisão” de nosso sistema quanto sua própria definição: feudalismo medieval ou capitalismo.⁶

Assim, tem-se em Portugal uma cultura de entremeio, fronteiriça, que se estabelece e se adapta bem aos povos que aqui viviam, contornando alguns dos conflitos típicos de outras colonizações européias. Porém, nem só o caráter sincrético dos lusitanos define o que ocorreu aqui no Brasil⁷, e que tão marcadamente subsistiu desde nossa gênese cultural. Um importante conceito, esse proposto pelo sociólogo Marx Webber, pode ajudar a compreender outros aspectos da vida social brasileira: a nossa incapacidade de coesão social e o que empata o nosso crescimento econômico. E esse

⁴ O processo de colonização nem sempre ocorreu de modo semelhantemente sistemático entre todas as nações européias e entre todas as colônias. Porém, há sim um caráter particular entre aquilo que foi operado pela coroa portuguesa e a maioria das nações de matriz protestante. O caso é que Portugal coloniza o Brasil antes por medo de perder as riquezas das terras do que por um real interesse de dominação cultural e civilizatório. Note-se que as duas condutas têm uma clara intenção de posse, porém as nações protestantes “dominavam”, por uma perspectiva de usufruto a longo prazo – como ocorreu nos EUA -, enquanto as nações ibéricas, mais Portugal do que Espanha, se apropriavam das terras com o propósito de enriquecimento imediato ou simples sentimento de posse – a colonização brasileira começou 77 anos antes da estadunidense e findou 39 anos depois.

⁵ Darcy Ribeiro também faz referência aos modelos distintos de colonização, em que coloca a expansão Ibérica como Barroca - baseava no lucro e riqueza, opressão e mistura com o povo local, sustentada pela Igreja -, enquanto a inglesa como burgueses Industriais – granjeiros puritanos, ignoravam as razões da igreja na colonização e queriam apenas transplantar as paisagens inglesas nas colônias.

⁶ Até hoje historiadores discutem se as capitanias hereditárias eram um típico processo de colonização feudal, por conta da divisão de terras semelhante aos feudos, ou capitalista, já que os critérios de exploração das terras já constituem uma visão produtiva pós-medieval.

⁷ Não é interesse definir outros aspectos históricos, muito importantes, aliás, da colonização brasileira, já que a preocupação da pesquisa é a definição de nossa gênese cultural.



conceito é a ideia de *racionalidade*, que pode ser definida como pensamento sistemático para obtenção de lucro. O sociólogo propôs que os povos que possuíam uma dedicação ao trabalho e uma busca metódica de riqueza, ou seja, um caráter *racional*, estavam predispostos ao triunfo, perante formas tradicionais de comportamento econômico. Porém, essa racionalidade, essa visão de sistematização de recursos e culto ao esforço, era um dever ético, uma singularidade própria de países protestantes, que tinham no *trabalho* uma *graça* concedida por Deus.

“... maldita seja a terra por tua causa. E dela só arrancarás alimento à custa de penoso trabalho, em todos os dias da tua vida. Produzir-te-à esponhos e abrolhos, e comerás a erva dos campos. Comerás o pão com o suor do teu rosto...” (BÍBLIA, A. T. Genesis Cap. 3, vers. 17- 19)

A ética protestante tem no *trabalho* uma dádiva, a qual o homem deve fazer por merecê-la. A compreensão católica, e os valores aqui difundidos pelos lusitanos, culturalmente têm no valor do trabalho um castigo divino, e *comer com o próprio suor* se apresenta como algo indigno - uma percepção tradicional, típica da nobreza medieval. Portanto, essa *racionalidade* e a concepção de *trabalho* como um dever moral, não frutificaram nas terras brasileiras, contribuindo para inviabilização do desenvolvimento econômico nacional.

Os engenhos brasileiros são um exemplo de como um setor lucrativo do comércio, como o açúcar, tornou-se insustentável, devido, entre muitas coisas, ao senso prático e visão de lucro fácil e rápido dos empreendimentos brasileiros. Para se ter uma ideia, o Brasil se configurava como importante colônia produtora de cana-de-açúcar, no século XVII, utilizando o *plantation*: mão de obra escrava, grandes latifúndios, monocultura de exportação. Era um modelo vantajoso, mas que não se preocupava com a auto-sustentação da colônia, denegria o solo e não permitia outros cultivos. Com a mudança da conjuntura mundial e a desarticulação da economia colonial, a Holanda passou a dominar o comércio do açúcar na Europa, e o valor do produto nacional caiu pela metade no final do século XVII. Os senhores de engenho enriqueceram muito no auge do ciclo econômico da cana, mas os latifúndios se tornaram insustentáveis a longo prazo, pois não suportaram, entre outras coisas, a *racionalidade* produtiva neerlandesa. Uma falta de pensamento sistemático e busca de lucros rápidos e vantajosos.

A mesma lógica que ocorreu nos engenhos é observável em quase todas as nossas forças produtivas. É que bastava apenas uma conjuntura internacional favorável, onde o Brasil fosse capaz de oferecer e atender esta demanda, para que se impulsionasse



rapidamente tal produção agrícola em larga escala. Em contrapartida, qualquer mudança conjuntural no mercado internacional - ou a simples escassez de recursos – abalava a produtividade nacional, e iniciava-se um vigoroso declínio dessa força produtiva, destruindo a vida que outrora alimentava.

O sociólogo Caio Prado Júnior, ao adotar uma abordagem marxista nos estudos de nossa formação nacional, analisou as forças produtivas no período colonial e concluiu que a grande lavoura, a agricultura de subsistência, a mineração, a produção extrativa, as artes, a indústria, o comércio, e todas forças produtivas nacionais, eram fomentadas para o abastecimento do comércio internacional - abandonando qualquer forma produtiva que efetivamente desenvolvesse um mercado nacional sólido. As mesmas conclusões podem ser tiradas ao se analisar os movimentos populacionais e a ocupação territorial no Brasil: operou aqui uma lógica demográfica que atende a simples oportunidades econômicas no território, assistemática, não orientada para o fomento de uma economia sólida, *racional* e coerente com nossos recursos. É desse modo então, que os movimentos populacionais conduziram às descobertas do ouro em Minas Gerais, fez interiorizar o gado no sertão, fomentou o ciclo da cana de açúcar, algodão e café.

Assim, os atributos do imediato, rápido, fácil e lucrativo, enchem os olhos do brasileiro ao mesmo tempo que custa caro para a economia nacional. E historicamente, a influência colonial e rural – junto com seus sistemas de valores – deixaram heranças duradouras no âmago de nossa cultura. Esse retrocesso no comportamento econômico do Brasil atravessa o tempo, como mostram as técnicas de plantio da cana-de-açúcar no nordeste, hoje praticadas do mesmo modo que há 400 anos.

O declínio dos latifúndios transferiu a “família da Casa Grande” para outras esferas do poder, a política, os governos, partidos. De modo que, aqueles valores que imperaram nos grandes engenhos, impregnaram a vida nas escolas, a burocracia do estado, os centros urbanos e toda a sociedade, atravessando os período imperial e a república brasileira. De modo singular, o universo rural que por tanto tempo foi a base da governabilidade da nação, pôde acompanhar o processo de urbanização e evolução civil e adaptar as suas formas àquela nova realidade econômica. A nossa revolução social, cultural e econômica, iniciada em 1888 com a abolição da escravatura, inaugurou um processo de emancipação e morte de nossos valores arcaicos, mas nunca concluiu. Portanto, uma lenta revolução, que busca a superação de nosso modelo agrário e patriarcal para um tipo industrial, urbano e democrático. Os entraves nesse processo se



devem a sobrevivência do espírito de nossos valores arcaicos que antagonizam o espírito capitalista, e os imperativos da civilização ocidental.

Sobreviveu também, a alma daquilo que Sérgio Buarque de Hollanda caracterizou como o “homem cordial” - um arquétipo que o historiador construiu, para identificar um conjunto de elementos relacionais do indivíduo brasileiro, plasmados em nossa cultura. Esse *tipo ideal*⁸ é o retrato de alguém que privilegia a emoção ante a razão, estabelecendo laços afetivos com aquilo que é imanentemente do universo racional – burocracia, esfera pública –, diluindo a oposição entre a família e o estado. E é externando nosso caráter cordial em sorrisos, *inhos, tias e jeitinhos*, que corrompemos as estruturas sociais em busca de interesses particulares. Enfim, é esse caráter personalista que faz com que o brasileiro seja incapaz de favorecer o bem público, pois não compreende as forças que convergem para o caminho da coletividade. Ainda hoje, a política, os partidos, as escolas e todas as instituições sociais, são tidas no Brasil como uma extensão da família, estando ausente uma ideia pública dos espaços.

"O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família." (HOLLANDA, 1986, p. 82)

Identificados alguns dos traços mais decisivos de nossa identidade nacional, vale contar um pouco do processo de construção de nossa cidadania e como ela também foi singular e atípica, em relação a outros países.

Cidadania

Conforme a perspectiva clássica de Cidadania, ela pode ser classificada por 3 eixos: Direito Civil, Direito Político e Direito Social. Sendo o primeiro ligado ao estado de liberdade do indivíduo, ir e vir, expressão, propriedade, justiça; o segundo, garante a participação no governo, relacionado ao voto e a associação política; e o terceiro, a distribuição de riquezas, que corresponde a garantias de educação, saúde, etc. É

⁸ Instrumento de análise sociológica proposto por Marx Webber, com o objetivo de criar tipologias puras, destituídas de tom avaliativo, de forma a oferecer um recurso analítico baseado em conceitos.



considerada, uma definição que passa por um entendimento liberal clássico de Cidadania. Há, contudo uma justificativa lógica, um percurso histórico, para que os direitos fossem conquistados nessa ordem – Civil, Política e depois Social -, pois cada direito adquirido, em tese, abre caminho para os demais.

Porém, cada país é singular no seu processo de desenvolvimento de cidadania, já que o reconhecimento de tais direitos na França, Alemanha e EUA, operaram de formas distintas⁹ - distinto do percurso clássico da Inglaterra. E não foi diferente no Brasil, onde os direitos sociais anteciparam todos os outros.

Acontece que aqui, em decorrência de nossa própria concepção como país, e por razões históricas¹⁰ já tão citadas, nosso povo não foi protagonista na conquista por nossos direitos, cabendo sempre ao Estado um papel outorgador. As palavras de Sérgio Buarque de Hollanda bem expressam: “em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”, e essa força é o Estado. Assim, nossa cultura política é fruto de um processo histórico no qual o Estado foi sempre o principal ator social, distribuidor de favores e benefícios, sem necessariamente ser intermediado por uma representação política, agravando em seu povo o enfraquecimento do associativismo e a articulação entre os grupos sociais¹¹.

“O governo aparece como o ramo mais importante do poder, aquele do qual vale a pena aproximar-se. A fascinação com um Executivo forte está sempre presente, e foi ela sem dúvida uma das razões da vitória do presidencialismo sobre o parlamentarismo, no plebiscito de 1993. Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa, ou ibérica, patrimonialismo. O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, com um distribuidor paternalista de empregos e favores. A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação”.
(CARVALHO, 2006, p. 221)

A antecipação dos direitos sociais diante de todos os outros, nos trouxeram conseqüências negativas, posto que tal inversão favorece uma visão corporativista do interesse coletivo. Isso fica bastante claro quando observamos na nossa própria história, que a distribuição de direitos sociais ocorre não de forma regular, mas cooptada pelas

⁹ Em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, José Murilo de Carvalho pondera sobre as singularidades da aquisição dos direitos em diferentes países, inclusive o Brasil.

¹⁰ Conforme já citado, nossa identificação nacional é fruto de uma intensa mistura de etnias e de um sistema de valores simbólicos próprios e diferentes das nações em que o *espírito capitalista* frutificou. Somos a conseqüência de um processo de colonização marcado por valores e concepções católicas, aventureira, cordial e ausente de *racionalidade* e visão de longo prazo.

¹¹ Os próprios trabalhadores rurais só obtiveram direitos reconhecidos durante o regime militar, em que houve forte restrição dos direitos políticos e civis.



categorias sociais, como no Estado Novo - onde trabalhadores negociavam tais benefícios para dentro do sindicalismo corporativo¹². É como se os direitos sociais não fossem tidos como um direito de todos, mas fruto de negociações.

É a partir dessa cultura política de recorrer por vias diretas ao Estado – sem intermediação legítima – e desse corporativismo Estatal - que outorga benefícios diretamente a parcelas da população – que nossa sociedade passa a se organizar para garantir direitos, construindo nossa cidadania. Conceito este, que por sinal, José Murilo de Carvalho passa a chamar de Estadania, uma vez que nossos direitos sociais passam primeiro pelo estado para poder se firmar civil e politicamente.

É necessário reforçar novamente que tais idiosincrasias culturais estão assentadas em nossas heranças ibéricas. No Brasil, nossa sociedade não surge de um pacto entre o indivíduo e o Estado, mas o Estado antecede a própria nação, aglutinando partes desiguais - uma sociedade orgânica.¹³ Forma-se aqui uma relação estado-sociedade harmônica, que aceita as desigualdades como algo natural, pois é diluidora de conflitos e tão cordial quanto seus cidadãos.

No período posterior a ditadura militar, após a sociedade civil se colocar contra o militarismo, grupos sociais ganham força, enfatizando os direitos civis e reivindicando a democratização. A constituição de 88 se torna uma novidade histórica para o Brasil, com a ausência de aspectos progressistas e modernos, a carta é apelidada de Constituição Cidadã, um instrumento para que movimentos sociais efetivem direitos e tornem-se elemento dinamizador da sociedade civil. Assim, os movimentos sociais procuram vincular suas demandas ao estado, contribuindo para o fortalecimento da esfera pública no Brasil.

Esfera pública brasileira

A concepção de esfera pública surge no final do século 18, conforme os estudos do sociólogo Jürgen Habermas. Porém, ela é fruto de um processo de transformação social muito mais profunda, iniciada no final da idade média e começo da idade moderna, junto à ascensão do capitalismo - a economia doméstica é substituída pela produção de mercado, reestruturando as relações sociedade-estado, baseadas na distinção público-privado. Essas transformações sociais ocorreram de forma gradual,

¹² Conforme José Murilo de Carvalho explica, esse modo do estado lidar com parcelas da população partiu de 1930, com a emergência dos segmentos urbanos na vida política. Não que o principal culpado tenha sido o Estado Novo, porém foi com Getúlio Vargas que a nossa cultura política atingiu esse ponto sensível.

¹³ Em outros processos de colonização, anglo-americanos, por exemplo, se vê que a sociedade nasce de um pacto entre indivíduos e o Estado, regidos por um princípio nivelador, individualista, contrastante com uma sociedade orgânica típica das colonizações ibéricas.



precipitadas pelos anseios da burguesia, a medida em que se tornavam mais conscientes de si. A importância da concepção do público para a sociedade, é que ela possibilita a emancipação dos homens em torno de uma ideia central de racionalidade, gerada pela comunicação dos próprios atores sociais. Segundo Habermas, a esfera pública representa uma dimensão do social que atua como mediadora entre o Estado e a sociedade, na qual o público se organiza como portador da opinião pública.¹⁴ É uma circunstância da vida social, onde ideias, instituições e informações são tratadas abertamente, publicamente.

Mas como a compreensão deste conceito é múltipla, tomemos para fim desta pesquisa a ideia de esfera pública como interação social, ou aspecto da vida pública em que os sujeitos sociabilizam, em um espaço visível e comum a todos.

O antropólogo Roberto Da Matta, em seu livro *A Casa e A Rua* trata, entre outras coisas, do espaço público e do caráter relacional em nossa sociedade, que conforma duas éticas distintas e claramente contraditórias em princípio e em exercício: a ética da casa, o privado, e a ética da rua, o espaço público. Ele coloca que o brasileiro constrói uma ideia confusa da esfera pública, assimilando-a como um espaço onde tudo é lícito. Essa ética dúplice brasileira, quase cínica, não possui uma predominância em suas faces, mas uma contradição. Os códigos da esfera privada – onde o indivíduo sai em defesa dos valores de um comportamento cidadão – e da esfera pública – onde tudo é válido, desde que em benefício próprio – mesmo que opostos, são forçosamente conciliados no Brasil, desdobrando-se em fenômenos paradoxais de nossa sociedade: “Limpamos ritualmente a casa e sujamos a rua sem cerimônia ou pejo” (DA MATTA; 1985: 17). Assim, é como se o homem brasileiro assimilasse essa privatização, e transgressão, do espaço público, como um valor positivo.

“Em casa somos todos, conforme tenho dito, ‘supercidadãos’ (...) Mas e na rua? (...) Somos rigorosamente ‘subcidadãos’ (...) Jogamos o lixo para fora de nossa calçada, porta e janelas; não obedecemos às regras de trânsito, somos até mesmo capazes de depredar a coisa comum, utilizando aquele célebre e não analisado argumento segundo o qual tudo que fica fora de nossa casa é um ‘problema do governo’! Na rua a vergonha da desordem não é mais nossa, mas do Estado (...). Não somos efetivamente capazes de projetar a casa na rua de modo sistemático e coerente, a não ser quando recriamos no espaço público o mesmo ambiente caseiro e familiar (...). Do mesmo modo, parece impossível continuar operando com um sistema político onde os acordos pessoais ultrapassam sempre (e no momento o mais preciso) as lealdades ideológicas e o sistema econômico funciona com duas lógicas (DAMATTA, 1985:16-7)”.

¹⁴ CANCIAN, Renato. **O surgimento da esfera pública**. Disponível em:
<<http://educacao.uol.com.br/sociologia/habermas-teoria-sociologica.jhtm>> Acessado em: 26/04/2012.



Igualmente ocorre no estado burocrático, o qual indistintamente deveria servir ao interesse coletivo, mas que na paisagem de nossa cultura patrimonialista, passa por uma privatização desses espaços. O próprio Holanda categoriza como um *Estado patrimonialista* – na figura do *funcionário patrimonial* – aquele que possui uma gestão política própria, em que indivíduos privilegiam interesses particulares:

Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático. (BUARQUE DE HOLANDA, 1984: 146).

Os pensamentos de Sérgio Buarque de Holanda, José Murilo de Carvalho e Roberto Da Matta, na configuração identitária da cultura brasileira e no trato da coisa pública, apresentam aquilo que se comprova na plasticidade de nosso convívio. O espaço público, comum a todos e não pertencente a ninguém, é um ambiente hostil onde cidadãos brasileiros negociam entre *iguais e desiguais*, a não ser sob a vigilância de uma autoridade, pois, conforme dito, “em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (BUARQUE DE HOLANDA, 1986: 4). Uma terra onde indivíduos desrespeitam leis de cidadania, sentindo-se autorizados a dirigir-se a seus iguais dessa forma: “Você sabe com quem está falando?” De maneira oposta, a maneira como a cidadania foi concebida em países de herança inglesa, por exemplo, é tipicamente marcada pela frase: “Quem você pensa que é?”

No Brasil, a concepção de cidadão, é de alguém sujeito a deveres – por vezes sem o gozo dos direitos -, sem *costas quentes*, um *ninguém*, e tem contornos pejorativos: “Pode levar esse cidadão”, diria qualquer policial. Ausente os elementos distinguem a cidadania, como o compromisso com a participação ativa na sociedade e na gerência popular e democrática do poder, nos deparamos com uma realidade desordenada e permissiva: “Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes.” (BUARQUE DE HOLANDA, 1984: 5). Essa permissividade, cinismo, patrimonialismo e apropriações, podem ser identificados na plasticidade de nosso cotidiano, nos registros fotográficos adiante.

Análise documental



Na paisagem de nossa esfera pública encontramos tantos elementos de irregularidade, que chega a serem banais e monótonas essas dissonâncias. Cidadãos se sentem autorizados a utilizar o espaço público da forma que convier, dando plasticidade a valores simbólicos coloniais que sobreviveram à *racionalidade* de nossos tempos.



Foto 1 Feirantes nas calçadas da Avenida.



Foto 2 Ocupação de feirantes na histórica Casa da Farinha.



Foto 3 Barracas permanentemente em praças públicas, ruas e calçadas, respectivamente.



Foto 4 Ocupação irregular obstrui a praça da Bandeira.

A ocupação desordenada de praças, ruas e calçadas, demonstram como o brasileiro pode privatizar esses espaços públicos de forma cínica e natural. Uma frouxidão nos valores – traço tipicamente medieval –, que os torna incapazes de discernir o que é sagrado e o que é profano, chegando a acreditar que *Deus olha por ele* e o autoriza a se apropriar do bem comum. Uma ironia materializada no dia-a-dia.



Foto 5 Supermercado privatiza calçada para ampliação de depósito.

“Limpamos ritualmente a casa e sujamos a rua sem cerimônia ou pejo”. Singularidades trágicas de nossa cultura que possibilitam o inacreditável - um restaurante despejar alimentos em frente ao seu estabelecimento.



Foto 7 Restos de alimentos depositados por restaurante.



Foto 6 Lixo jogado ao lado da lixeira. Lixeiro público com marca de empresa privada.

“Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes.” Regras de trânsito quebradas com a permissão do funcionário público e do cidadão comum; postes



enfeitados com propaganda sem respeito às, muitas vezes irônicas, placas de trânsito; construções sem o alvará da prefeitura transtornando a vida pública.



Foto 9 Carro da prefeitura estacionado irregularmente em frente a Secretaria de Defesa do Cidadão



Foto 8 Carro estacionado de forma irregular.



Foto 10 Empresa veiculando cartaz em poste público, acima de placas de sinalização.



Foto 11 Carro estacionado em faixa amarela.

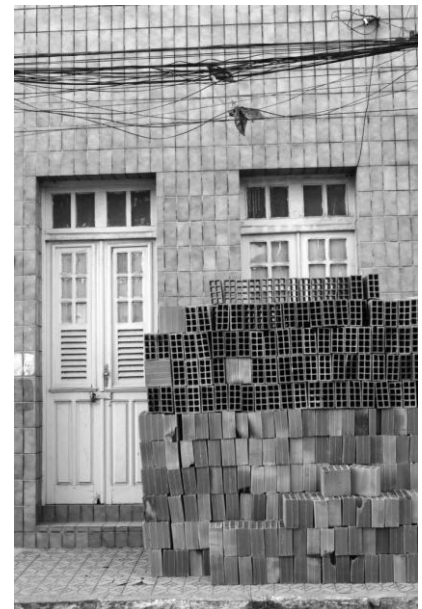


Foto 12 Construção sem alvará com tijolos na calçada



Foto 13 Construções sem alvará transtornando a via pública.



“Somos até mesmo capazes de depredar a coisa comum, utilizando aquele célebre e não analisado argumento segundo o qual tudo que fica fora de nossa casa é um problema do governo! Na rua a vergonha da desordem não é mais nossa, mas do Estado”. A conformação de duas éticas, uma privada e outra pública, em que a segunda é permissiva e cínica.



Foto 14 Busto de personalidade histórica riscado.

No Brasil, os direitos sociais muitas vezes não são tidos como um direito de todos, mas fruto de negociações. A nossa cultura política de recorrer por vias diretas ao Estado e o corporativismo Estatal, organizaram nossa sociedade na garantia de direitos, construindo nossa *Estadania*. Basta uma organização ou indivíduo possuir privilégios perante os órgãos públicos e governantes, e logo é possível a concessão de benefícios, como: um emprego, uma facilidade burocrática ou até mesmo a privatização da rua.



Foto 15 Rua privatizada e interditada por faculdade local.

E finalmente, nossos valores e singularidades históricas são institucionalizados e observáveis na plasticidade de nosso convívio. O governo foi sempre a força aglutinadora respeitável e temida. “O ramo mais importante do poder, aquele do qual vale a pena aproximar-se” e que exerce fascinação. Essa orientação para o executivo, reforça o patrimonialismo, em que o “Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, com um distribuidor paternalista de empregos e favores”. A concessão de terras federais, por parte da prefeitura municipal, para cidadãos vitorienses, é uma clara demonstração patrimonialista do Estado em seu status paternalista.



Foto 16 Terrenos da linha de trem federal, ocupados por cidadãos vitorienses.



Foto 17 Linha de trem federal, doada pela prefeitura e ocupada irregularmente por feirantes.

Considerações

A esfera pública só pode existir enquanto coisa pública, se for introjetada como tal. O projeto Brasil, que nasceu do ciclo da utopia e das navegações, orientado em seus primórdios a ser um paraíso perdido na terra, fracassou em termos de convívio social. Os brasileiros, desterrados em suas próprias terras, vivem o mesmo sentido histórico que sua própria nação: a exploração com vista ao enriquecimento. Ou seja, sobrevive, desde os tempos coloniais, a exploração dos bens nacionais, seja por senhores ou cidadãos. Todos os projetos econômicos, educacionais e ambientais podem nunca resolver os problemas nacionais diante da sobrevivência desses valores. Enfim, para que esse projeto possa ter sucesso enquanto nação e sociedade, é preciso reinventar o Brasil.



REFERÊNCIAS

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora. Brasiliense, 23ª edição, 1994. 390 p

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VELHO, Gilberto. **O Desafio da Cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

BIBLIA. A. T. Gênesis. Português. **Bíblia Sagrada**. 6ª ed. São Paulo: Ed.Santuário Aparecida, 1985. Cap. 3, vers. 17- 19.

BORGES, Bernardo. **Raízes do Brasil: do filme ao livro**. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=3&page=visualizar>> Acessado em 26/04/2012.

MATOS, Júlia Silveira. **Tradição e modernidade na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewFile/126/57>>. Acesso em: 11/02/2012.

REIS, Rogério. **Patrimonialismo**. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_3431/artigo_sobre_patrimonialismo> Acessado em: 08/10/2011

SANTOS, Sandro dos. **Cidadania e esfera pública no Brasil**. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0610492_08_cap_03.pdf> Acessado em 11/02/2012.

CANCIAN, Renato. **O surgimento da esfera pública**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/sociologia/habermas-teoria-sociologica.jhtm>> Acessado em: 09/10/2011.